



Estratégia
Concursos

6° SIMULADO

TJRJ



Simulado Especial

Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-23-02>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS**TEXTO I****PETRÓLEO**

Eduardo Frieiro

Os fatos desta vez deram razão a Monteiro Lobato. Existe o petróleo. Resta saber, e o grande escritor morreu antes que pudesse observá-lo, resta saber se o cobiçado líquido brindará os brasileiros com uma vida decente, ou fará do país outra Venezuela, onde, há um quarto de século, se põe fora sem proveito para o povo, a maior fatura petrolífera da América Latina. (1948)

TEXTO II**PETRÓLEO Monteiro Lobato**

Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo.

01. Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo.” (texto 2); essa afirmação:

- a) é repetida no texto 1;
- b) é contrariada integralmente pelas afirmações do texto 1;
- c) é formada por termos antitéticos;
- d) funciona como explicação das afirmações anteriores do texto 2;
- e) aparece como resumo do texto 1.

02. Assinale, entre as alternativas a seguir, aquela que apresenta erro gramatical:

- a) A pesquisa histórica é tarefa cuja realização se deve aos grandes historiadores.
- b) O estudo das fontes históricas, o qual tanto atrai os historiadores, é tão importante quanto o da própria História.
- c) Analisou tantos fatos quantos pudessem interessar à pesquisa histórica.
- d) Às vezes, verificam-se fatos históricos que os historiadores não conseguem determinar suas causas.
- e) O modo como a pesquisa histórica evolui às vezes surpreende o próprio historiador

03. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento anterior. Assinale a opção em que a proposta indicada não mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- a) “...e o jogo dos rapazes elegantes transformara-se então em um grande fenômeno de massas.”/...e o jogo dos rapazes elegantes se transformara, então, em um grande fenômeno de massas;
- b) “...que desde os primeiros anos do século vinha se difundindo rapidamente pela cidade...”/...que desde os primeiros anos do século vinha difundindo-se rapidamente pela cidade...;
- c) “...onde se realizavam os jogos em honra a Apolo...”/...onde realizavam-se os jogos em honra a Apolo...;
- d) “...nos quais pudessem reunir-se e praticar o esporte.”/...nos quais se pudessem reunir e praticar o esporte;
- e) “...Paulo Barreto mostrava a grandiosa impressão que a popularização do futebol lhe causava.”/ Paulo Barreto mostrava a grandiosa impressão que a popularização do futebol causava-lhe.

04. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento destacado no trecho “Os leigos sempre se medicaram por conta própria” . Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- a) Os leigos, por conta própria, sempre se medicaram.
- b) Por conta própria os leigos sempre se medicaram.
- c) Os leigos se medicaram sempre por conta própria.
- d) Sempre se medicaram os leigos por conta própria.
- e) Sempre os leigos, por conta própria, se medicaram.

05. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela em que o uso da vírgula não é gramaticalmente obrigatório.

- a) “Eu tinha de ir à alfândega e, portanto, passar pela Praça Mauá.”
- b) “Em Copacabana voltamos a ver o barco, na altura da Cotunduba.”
- c) “Antonio Maria contou que uma vez ia num táxi guiado por um chofer português velho, bigodudo, calado, de cara triste.”
- d) “O ‘Vera Cruz’, homem, venha depressa, venha!”
- e) “O casal de portugueses da portaria conversava com o porteiro do lado e o zelador do edifício da frente, todos portugueses.”

06. Entre as frases propostas a seguir, assinale a alternativa que apresenta incoerência ou erro gramatical:

- a) Aconselhei-o a subir com mais cuidado nos elevadores.
- b) Os livros faziam-lhe companhia naquela altura.
- c) Após reencontrar a própria mãe, o jovem abraçou-a afetuosamente.
- d) Ao se dirigir aos moradores, o engenheiro queria lembrar-lhes uma outra coisa.
- e) O síndico estava preocupado: espantavam-lhes as reclamações dos moradores.

07. “Como é do conhecimento geral, as culturas africanas foram transportadas para o Brasil pelos escravos negros que os colonizadores portugueses trouxeram desde sua chegada, como parte de seus bens.”

O pronome seus possui como referente o vocábulo:

- a) negros;
- b) escravos;
- c) portugueses;
- d) colonizadores.
- e) bens

08. A alternativa abaixo que apresenta uma composição estrutural diferente das demais é:

- a) “hierarquias, estruturas nem códigos canônicos”;
- b) “argumentos sociais e políticos”;
- c) “disciplina mental e espiritual”;
- d) “diferentes códigos religiosos”;
- e) “desejos e ambições desmedidas”.

09. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o anterior, substituindo-se a vírgula por outro sinal de pontuação. Assinale a opção em que a proposta indicada não mantém os sentidos ou a correção gramatical do texto.

- a) “Pode-se dizer que as batalhas históricas, ou os eventos em geral que envolvem conflitos, são travadas pelo menos duas vezes.” / Pode-se dizer que as batalhas históricas — ou os eventos em geral que envolvem conflitos — são travadas pelo menos duas vezes.
- b) “O combate histórico feriu-se há cem anos, mas ele se prolonga até hoje nas batalhas acadêmicas e políticas (...)” / O combate histórico feriu-se há cem anos; mas ele se prolonga até hoje nas batalhas acadêmicas e políticas (...)
- c) “(...) seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje, em que não se

distingue a história da historiografia.” / (...) seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje; em que não se distingue a história da historiografia.

- d) “A batalha hoje se dá em duas frentes principais, a frente acadêmica e a frente do movimento pelo fim das discriminações raciais.” / A batalha hoje se dá em duas frentes principais: a frente acadêmica e a frente do movimento pelo fim das discriminações raciais.
- e) “Em se tratando de acontecimentos que marcaram profundamente a História, como a Revolução Francesa, seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje, em que não se distingue a História da Historiografia.” / Em se tratando de acontecimentos que marcaram profundamente a História — como a Revolução Francesa — seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje, em que não se distingue a História da Historiografia.

10. Assinale a alternativa que apresente erro gramatical:

- a) A obstinação à qual sacrificou a juventude não o persegue mais.
- b) Sentavam-se nas pedras do caminho à espera da comitiva do peão.
- c) Na imaginação, porém, ele voltava àquele mundo de sonho e fantasia.
- d) Depois de refletir, dirigi-me, decididamente, à casa do meu amigo.
- e) Tenho certeza de que os documentos não fazem referência à nada do que

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere verdadeiras as afirmações a seguir:

- i) Se não sigo a Trilha Estratégica, então fico perdido nos estudos.
- ii) Se fico perdido nos estudos, então não entendo Raciocínio Lógico.
- iii) Se não entendo Raciocínio Lógico, então não estudei com Brunno Lima.
- iv) Estudei com Brunno Lima e não fico perdido nos estudos.
- v) Não sigo a Trilha Estratégica ou sou assinante ilimitado do Estratégia.

A partir dessas informações, é correto concluir que:

- a) Se sigo a Trilha Estratégica, então fico perdido nos estudos.
- b) Sou assinante ilimitado do Estratégia se e somente se não sigo a Trilha Estratégica.
- c) Não estudei com Brunno Lima e entendo Raciocínio Lógico.
- d) Sou assinante ilimitado do Estratégia e sigo a Trilha Estratégica.
- e) Se sou assinante ilimitado do Estratégia, então não estudei com Brunno Lima.

12. Uma afirmação equivalente à afirmação “Não assisto o Estratégia News ou estou sempre informado” está contida na alternativa:

- a) Se não estou sempre informado, então não assisto o Estratégia News.
- b) Se não assisto o Estratégia News, então estou sempre informado.
- c) Se estou sempre informado, então não assisto o Estratégia News.
- d) Assisto o Estratégia News e não estou sempre informado.
- e) Se estou sempre informado, então assisto o Estratégia News.

13. Uma afirmação logicamente equivalente para “Ou Dudu come pudim ou Dudu fica nervoso” é:

- a) Dudu come pudim se, e somente se, fica nervoso.
- b) Dudu come pudim se, e somente se, não fica nervoso.
- c) Se Dudu não come pudim, então Dudu não fica nervoso.
- d) Se Dudu come pudim, então ele não fica nervoso.
- e) Se Dudu não está nervoso, então ele comeu pudim.

14. Uma pesquisa com 970 alunos do Estratégia mostrou que 527 falam Inglês, 251 falam Espanhol, 321 não falam Inglês nem Espanhol. O número de alunos entrevistados que falam Inglês e Espanhol é:

- a) 122
- b) 129
- c) 192
- d) 398
- e) 649

15. Brunno Lima aplica durante 10 meses um capital a juros simples obtendo um montante no valor de R\$ 30.000,00 ao final do período. Se Brunno tivesse aplicado o mesmo capital durante 16 meses a juros simples, e com a mesma taxa de juros anterior, o valor do montante ao final deste período teria sido de R\$ 33.600,00. O valor do capital aplicado por Brunno Lima é igual a

- a) R\$ 21.000,00.
- b) R\$ 22.500,00.
- c) R\$ 23.600,00.
- d) R\$ 24.000,00.
- e) R\$ 25.000,00.

16. Um lojista adquiriu uma mercadoria por R\$ 350,00. Para determinar o preço de venda desse produto em sua loja, o lojista decidiu que o valor deveria ser suficiente para dar 30% de desconto sobre o preço de venda e ainda assim garantir lucro de 20% sobre o preço de compra. Nessas condições, o preço que o lojista deve vender essa mercadoria é igual a

- a) R\$ 620,00.
- b) R\$ 580,00.
- c) R\$ 600,00.
- d) R\$ 590,00.
- e) R\$ 610,00.

17. Uma pesquisa foi realizada entre os professores do Estratégia e concluiu-se que $\frac{2}{3}$ dos professores são homens e $\frac{3}{5}$ falam inglês. Sabendo que $\frac{1}{12}$ dos professores são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de professores, uma fração equivalente a

- a) $\frac{3}{10}$
- b) $\frac{7}{20}$
- c) $\frac{2}{5}$
- d) $\frac{9}{20}$
- e) $\frac{1}{2}$

18. Assinale a alternativa que contém uma tautologia.

- a) Se durmo, então fico cansado e não estudo.
- b) Se não fico cansado ou estudo, então não durmo.
- c) Se fico cansado e não fico cansado, então estudo.
- d) Se estudo e fico cansado, então não durmo ou vou à praia.
- e) Se estudo, então fico cansado e não fico cansado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. A ONG Preserve o Mato, instituída com o objetivo de promover ações de defesa ao meio ambiente, ao tomar conhecimento de que a indústria de celulose Tudo Vira Papel estaria prestes a desmatar uma grande área de preservação permanente, a fim de utilizar as árvores da região como matéria-prima, decide propor ação popular para tentar evitar a consumação do ato lesivo. Vegânia, brasileira naturalizada, sem saber da intenção de Preserve o Mato, dirige-se ao Ministério Público e solicita que a instituição promova a ação popular com a mesma finalidade. Analisando-se o contexto apresentado, à luz do que determina a atual Constituição e do entendimento firmado pelo STF, é possível afirmar que:

- a) Apenas Preserve o Mato possui legitimidade para figurar no polo ativo da ação pretendida, uma vez que ostenta a qualidade de pessoa jurídica sem fins lucrativos, voltada à defesa do meio ambiente.
- b) É incabível ação popular preventiva, sendo requisito para o seu ajuizamento a comprovação de efetiva lesão, cometida por Tudo Vira Papel, ao bem jurídico tutelado.
- c) O Ministério Público poderá ajuizar a ação, desde que demonstrada, de plano, a ilegalidade cometida por Tudo Vira Papel, já que Vegânia, na qualidade de brasileira naturalizada, não poderia mesmo fazê-lo por conta própria.
- d) Nem Preserve o Mato, na qualidade de pessoa jurídica, nem Vegânia, na qualidade de brasileira naturalizada, possuem legitimidade ativa para a propositura de ação popular, tendo sido acertado acionar o Ministério Público para tal fim.
- e) A ação popular não poderá ser proposta por Preserve o Mato nem pelo Ministério Público, mas Vegânia poderá, caso possua capacidade eleitoral ativa e satisfaça os demais requisitos legais, ingressar com a ação, por conta própria.

20. Pinóquio, renomado jornalista, pretende escrever uma matéria em seu blog, a respeito do envolvimento da Empresa X em diversos escândalos de corrupção. Para isso, dirige-se à vara da Justiça

Estadual onde foi instaurado processo contra ela, a fim de obter informações e certidões acerca do andamento da ação. Diante da negativa do servidor em fornecer os dados requeridos, em virtude de o processo estar correndo sob sigilo de justiça, Pinóquio, inconformado, decide publicar artigo contendo diversas afirmações falsas e difamadoras a respeito da Empresa X. Assim, uma possível medida a ser tomada, em decorrência da situação exposta, seria:

- a) A impetração de habeas data por Pinóquio, diante da negativa no fornecimento de dados de seu interesse e da coletividade, em virtude da repercussão da matéria no meio social.
 - b) A impetração de mandado de segurança por Pinóquio, diante do abuso de autoridade cometido pelo servidor.
 - c) A exigência, por parte da Empresa X, ao exercício do direito de resposta, proporcional à ofensa, sendo incabível, no entanto, falar-se em indenização, uma vez que pessoas jurídicas não podem sofrer dano moral.
 - d) O ajuizamento de ação, por parte da Empresa X, de indenização por danos morais contra o jornalista Pinóquio, alegando ofensa à sua reputação.
 - e) O ajuizamento de ação, por parte da Empresa X, de indenização por danos materiais, apenas, desde que comprovado o prejuízo causado pela repercussão da matéria, não havendo que se falar em dano moral.
21. Suponha que Jofenir exerça o cargo de juiz titular de uma vara estadual, tendo completado 2 anos de exercício na entrância inicial da carreira, dentre as 3 existentes em seu Estado. De acordo com o que determina nossa atual Constituição, após figurar por 3 vezes consecutivas em lista de promoção por merecimento, Jofenir:
- a) Não poderá ser promovido, já que não cumpriu tempo mínimo de 3 anos de exercício na respectiva entrância.
 - b) Deverá ser, obrigatoriamente, promovido para entrância mais elevada, salvo recusa de 2/3 dos membros do tribunal respectivo.
 - c) Deverá ser obrigatoriamente promovido, caso seu nome conste da primeira quinta parte da lista de antiguidade da respectiva entrância.
 - d) Deverá ser, obrigatoriamente, promovido para entrância mais elevada, desde que tenha, também, integrado a mesma lista por 5 vezes alternadas.
 - e) Poderá integrar, se assim desejar, o Tribunal de Segundo Grau correspondente, desde que tenha participado de cursos oficiais de formação e cumprido as etapas obrigatórias do processo de vitaliciamento.

22. Determinado Tribunal de Justiça, composto por 20 membros, por meio de seu regimento interno dispôs acerca de seus órgãos fracionários e estabeleceu a criação de órgão especial, composto por 12 julgadores, escolhidos de acordo com o critério de antiguidade. Pode-se afirmar que, com base no que determina a Constituição Federal:

- a) A criação do órgão especial é inconstitucional, uma vez que a CF/88 reserva à edição de Lei Complementar, de iniciativa do Supremo, a organização do Poder Judiciário.
- b) O Tribunal deveria ser composto por, no mínimo, 25 julgadores para que pudesse ser criado o órgão especial, cujas vagas são providas metade por antiguidade e metade por eleição do Pleno.
- c) Não há qualquer impedimento à organização do Tribunal por meio de seu regimento interno. No entanto, o órgão especial, com atribuições próprias definidas no referido diploma organizatório, deverá contar com 25 julgadores, no mínimo.
- d) Não há qualquer irregularidade no tratamento dos temas mencionados no regimento interno, sendo o órgão especial responsável por rever as decisões administrativas e judiciais proferidas pelos órgãos fracionários.
- e) Não há qualquer irregularidade no tratamento dos temas mencionados no regimento interno. No entanto, o órgão especial poderia contar com, no máximo, 11 julgadores, sendo as vagas providas metade por antiguidade e metade por merecimento.

23. Juan é juiz federal em exercício há mais de 2 anos. Após escândalo envolvendo fraude em licitações no tribunal em que atuava, Juan é condenado por decisão judicial transitada em julgado, que também determina a perda do cargo.

Na situação apresentada, assinale a alternativa correta

- a) Juan pode perder o cargo de juiz federal por decisão judicial transitada em julgado.
- b) Juan, por ter vitaliciedade, não poderá perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado.
- c) A condenação criminal por corrupção passiva não pode resultar na perda do cargo de juiz federal.
- d) Juan ainda não possui vitaliciedade e, portanto, poderá perder o cargo de juiz federal.
- e) A perda do cargo de juiz federal somente poderá ser decidida pelo tribunal junto ao qual Juan atua.

24. Assinale a alternativa que descreve, corretamente, atribuições constitucionais estabelecidas conforme o modelo horizontal de repartição de competências entre os entes da Federação:

- a) Embora legislar sobre Direito do Trabalho e dispor acerca das condições para o exercício das profissões seja competência privativa da União, a execução da inspeção do trabalho é tarefa a ser desempenhada por todos os entes, conjuntamente.
- b) Compete privativamente à União legislar sobre Direito Comercial, juntas comerciais e propaganda comercial.
- c) No que diz respeito à produção e consumo, bem como à responsabilidade por dano ao consumidor, caberá à União editar normas gerais, apenas, ficando os Estados encarregados de estabelecer normas específicas destinadas a atender às suas peculiaridades.
- d) Todas as pessoas políticas poderão legislar sobre trânsito e transporte, de forma concorrente, bem como estabelecer políticas de educação para a segurança no trânsito.
- e) Manter o serviço postal e legislar sobre a matéria correspondem, respectivamente, a competência exclusiva e privativa da União.

25. Lucindo, metalúrgico aposentado, deseja filiar-se a sindicato recém-criado, representante da categoria no seu Estado. Além disso, pretende candidatar-se a cargo de representação sindical, propondo ampliar o modo de atuação da entidade, de forma a atender não apenas aos interesses coletivos, mas também individuais da respectiva classe. No entanto, discorda da obrigatoriedade, prevista no estatuto, do pagamento da contribuição confederativa exigida pela organização. Com base nas regras contidas na Constituição Federal, pode-se dizer que:

- a) Lucindo não poderá, na condição de aposentado, filiar-se e candidatar-se ao cargo de representação sindical. Já no que se refere à contribuição confederativa, a obrigatoriedade do pagamento é, de fato, inconstitucional.
- b) Lucindo poderá proceder à filiação e à candidatura pretendida, sendo legítima a ampliação da atuação do sindicato, no sentido de defender os interesses individuais da categoria. A contribuição confederativa, no entanto, poderá ser exigida dos associados, de forma compulsória.
- c) A criação do sindicato é inconstitucional, por extrapolar a base territorial do município. Além disso, sua atuação deve se restringir à defesa dos interesses coletivos da categoria, sendo inconstitucional, também, a compulsoriedade do pagamento da contribuição mencionada.
- d) Não há qualquer impedimento à filiação e à candidatura de Lucindo, mas a obrigatoriedade do pagamento da referida contribuição possui previsão em lei, independentemente de filiação ao sindicato, que não deve dirigir sua atuação no sentido da defesa de interesses individuais.
- e) Lucindo poderá filiar-se ao sindicato, mas, na condição de aposentado, restará impedido de candidatar-se ao cargo pretendido. Já a proposta de ampliação da atuação da entidade não encontra respaldo na atual Constituição.

26. No tocante à estrutura da Constituição Federal e à hierarquia das normas no sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa que contém uma afirmação condizente com as ideias propugnadas pela doutrina e pela jurisprudência:

- a) Considera-se que o preâmbulo, por ser juridicamente irrelevante, não possui força normativa, sendo incapaz de impor obrigações ou limitações ao exercício de direitos.
- b) Segundo o STF, o preâmbulo é norma constitucional, porém dotada de caráter meramente principiológico, não vinculante.
- c) A parte dogmática da Constituição corresponde ao corpo permanente de seu texto, insuscetível de modificação pelo legislador constituinte derivado.

d) A parte transitória da Constituição, representada pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, embora possua numeração própria, é também dotada de normatividade, podendo servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade.

e) Após a EC 45/04, ficou estabelecido um novo tipo de controle normativo no Brasil: o controle de convencionalidade, assim denominado em virtude da exigência de compatibilidade das leis não só com a CF/88, mas também em relação aos Tratados Internacionais em geral, celebrados pelo Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Segundo Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in Curso de Direito Administrativo, 2014), “a possibilidade jurídica de submeter-se efetivamente qualquer lesão de direito e, por extensão, as ameaças de lesão de direito a algum tipo de controle” decorre do princípio:

- a) da supremacia do interesse público.
- b) da subsidiariedade.
- c) da sindicabilidade.
- d) da legalidade.
- e) da eficiência.

28. Assinale a alternativa abaixo que contém apenas atos normativos:

- a) decretos, regulamentos, portarias e despachos.
- b) resoluções, instruções, licenças e certidões.
- c) circulares, despachos, pareceres e multas.
- d) resoluções, regimentos, deliberações e regulamentos.
- e) regulamentos, circulares, provimentos e aprovações.

29. **Situação hipotética:** Robertinho é aluno matriculado em uma universidade pública e frequentemente retirava obras literárias da biblioteca da instituição. Em virtude dos frequentes atrasos e inadimplementos na devolução das obras retiradas e, em conformidade com os atos normativos aplicáveis, a instituição aplicou multa de R\$ 80,00 ao referido aluno.

Nesta situação hipotética, pode-se afirmar que houve manifestação do:

- a) poder normativo.
- b) poder hierárquico.
- c) poder disciplinar.
- d) poder de polícia.
- e) poder regulatório.

30. Determinado estado da federação criou entidade descentralizada, a partir da destinação de uma parcela de seu patrimônio, conferindo ao acervo personalidade de direito público e atribuindo-lhe o desempenho de atividades de interesse social.

Nesta situação, pode-se afirmar que o Estado criou um(a):

- a) serviço social autônomo.
- b) autarquia.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) sociedade de economia mista.

31. Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), são delegáveis a entidades públicas de direito privado atos de polícia relativos às seguintes etapas:

- a) consentimento e sanção.
- b) ordem e sanção.
- c) consentimento e fiscalização
- d) ordem e consentimento.
- e) legislação e consentimento.

32. A Constituição Federal proíbe, como regra geral, a acumulação remunerada de cargos públicos, a qual

- a) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista federais, mas não entidades estaduais ou municipais.
- b) estende-se a funções públicas, mas não a empregos.
- c) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades controladas pelo poder público, desde que submetidas a controle direto.
- e) abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, e sociedades controladas, mas não as subsidiárias das empresas estatais.

33. Não é dever do administrado perante a Administração do Estado do Rio de Janeiro:

- a) expor os fatos conforme a verdade.
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) formular alegações e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- d) não agir de modo temerário.
- e) colaborar para o esclarecimento dos fatos.

34. Situação hipotética: Mariazinha, servidora pública do estado do Rio de Janeiro, descumpriu ordem legal de seu superior hierárquico. Em razão dos diversos prejuízos ao serviço público e demais circunstâncias em que a infração foi praticada, a conduta foi considerada insubordinação grave em serviço.

À luz do Estatuto dos servidores públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que a falta praticada pela funcionária:

- a) prescreverá em dois anos, contados a partir da data do evento punível disciplinarmente ou do seu conhecimento pela Administração.
- b) prescreverá em três anos, contados a partir da data do evento punível disciplinarmente ou do seu conhecimento pela Administração.
- c) prescreverá em cinco anos, contados a partir da data do evento punível disciplinarmente ou do seu conhecimento pela Administração.
- d) ensejará a aplicação da pena de suspensão.
- e) ensejará a aplicação da pena de multa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto à competência:

- a) será competente o foro de domicílio ou residência do alimentante (réu) para a ação em que se pedem alimentos.
- b) se a ré for uma pessoa jurídica, será competente o foro do lugar onde estão registrados seus atos constitutivos.
- c) será competente o foro da residência do idoso, sempre que ocupar um dos polos da ação.
- d) se a ação versar sobre reparação de dano, será competente o lugar do ato ou fato ou o domicílio do réu.
- e) será competente o domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos.

36. A respeito dos pressupostos processuais de capacidade da parte e de regularidade de representação da parte, é correto afirmar:

- a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade de representação da parte, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade de representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 dias para que seja sanado o vício.
- c) Caso o processo esteja na instância originária e o autor descumprir a determinação para sanear o vício, o processo será extinto.
- d) Caso a providência de saneamento caiba ao réu, este será considerado revel e o juiz julgará antecipadamente o mérito.
- e) A regularização da capacidade processual ou da representação da parte só é possível na instância originária.

37. A gratuidade da justiça é um importante instrumento que permite o acesso ao Judiciário pelos jurisdicionados hipossuficientes. A gratuidade da justiça não compreende:

- a) as taxas ou as custas judiciais;
- b) os selos postais;
- c) as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- d) a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- e) as despesas com os exames considerados essenciais, a exemplo do Exame de código genético – DNA, além dos honorários do assistente técnico.

38. O Código de Processo Civil preconiza que o advogado tem acesso aos autos do processo. Sobre o tema:

- a) O advogado só tem direito a examinar os autos do processo que atua.
- b) O advogado poderá examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, salvo na hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos. Tal direito aplica-se aos processos com autos físicos e aos processos eletrônicos.
- c) O advogado tem direito a requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

d) É lícito ao procurador retirar os autos para obtenção de cópias, pelo prazo de 2 (duas) a 6 (seis) horas, desde que autorizado pelo serventuário.

e) Em nenhuma hipótese o procurador perderá o direito de retirar os autos para obtenção de cópias.

39. A produção antecipada de provas é uma ação autônoma, que pode ter natureza preparatória ou incidental, visando a produção de determinada prova em momento anterior àquele em que normalmente seria produzida. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A produção antecipada da prova, quando preparatória, previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) O juízo estadual não tem competência para a produção antecipada de prova requerida em face da União em hipótese alguma, devendo remeter os autos à vara federal competente.
- c) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro em que deva ser produzida a prova ou do foro de domicílio do réu.
- d) Quando da produção da prova, o juiz poderá pronunciar-se sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato e sobre as respectivas consequências jurídicas.
- e) Os autos permanecerão em cartório durante 1 ano para extração de cópias e certidões pelos interessados.

40. O título executivo judicial é aquele formado através de um processo, seja ele judicial ou paraestatal. Assinale a alternativa que não apresenta um título executivo judicial:

- a) a sentença penal condenatória transitada em julgado.
- b) a sentença arbitral.
- c) a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) o crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.

41. Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o agravo interno:

- a) Contra decisão proferida pelos órgãos fracionários do tribunal caberá agravo interno para o respectivo órgão pleno, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.
- b) O agravo interno é cabível contra decisão proferida pelo relator e será julgado pelo órgão colegiado, devendo ser observadas, quanto ao processamento, as regras do Código de Processo Civil.
- c) O relator poderá reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.
- d) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre 1 e 5% do valor atualizado da causa.
- e) A parte poderá interpor qualquer outro recurso, independentemente do pagamento prévio da multa, pois seu processamento é autônomo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. José foi investigado em inquérito policial pela prática do crime de estelionato. Ao final das investigações, o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, tendo sido arquivado o inquérito por decisão judicial.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será possível a retomada futura das investigações, pois o arquivamento do inquérito policial em nenhuma hipótese faz coisa julgada material
- b) será possível a retomada futura das investigações, ainda que não haja notícia de prova nova
- c) não será possível a retomada futura das investigações, pois a decisão fez coisa julgada material
- d) será possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- e) será possível a retomada futura das investigações, desde que haja autorização judicial

43. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova já documentos no inquérito policial

b) Em se tratando de crime de ação penal privada, a instauração do inquérito dependerá de quem tenha qualidade para ajuizá-la

c) Como regra, o inquérito deverá ser concluído em 10 dias, a contar da instauração, caso esteja solto o indiciado

d) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, não sendo lícito ao Ministério Público realizá-lo

e) O recebimento de “denúncia anônima”, por si só, não autoriza a instauração de inquérito policial, sem a verificação prévia das informações

44. Maria foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação, tendo comunicado o fato ao MP em 12.02.2020, representando pelo início da persecução penal. O fato criminoso teria ocorrido no dia 10.03.2019, tendo Maria descoberto a autoria delitiva em 15.09.2019.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) houve decadência do direito de representação
- b) não houve decadência do direito de representação, mas Maria não poderá se retratar da representação oferecida
- c) não houve decadência do direito de representação, e Maria poderá se retratar da representação oferecida, desde que o faça até o recebimento da denúncia
- d) não houve decadência do direito de representação, e Maria poderá se retratar da representação oferecida, a qualquer tempo
- e) Caso o MP não ajuíze denúncia no prazo legal, mas requeira o arquivamento do IP, Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública

45. No curso de determinada ação penal privada subsidiária da pública, Maria, querelante, foi intimada para dar andamento ao processo, mas ficou-se inerte por mais de 30 dias seguidos.

Nesse caso, deverá o Juiz:

- a) declarar extinta a punibilidade, pela decadência
- b) declarar extinta a punibilidade, em razão da renúncia tácita
- c) declarar extinta a punibilidade, em razão do perdão tácito
- d) declarar extinta a punibilidade, em razão da perempção, eis que houve inércia da querelante
- e) determinar a intimação do Ministério Público, para que assumia a titularidade da ação

46. José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe. Ao final da primeira fase do rito do júri, o Juízo entendeu não haver indícios suficientes de autoria, embora comprovada a materialidade delitiva.

Nesse caso, deverá o magistrado:

- a) determinar a intimação do Ministério Público, para que indique novas provas
- b) pronunciar o réu, submetendo-o a julgamento em Plenário, a fim de que os jurados decidam pela condenação ou absolvição
- c) impronunciar o réu, sendo esta uma decisão que não faz coisa julgada material
- d) impronunciar o réu, sendo esta uma decisão que faz coisa julgada material
- e) absolver sumariamente o réu

47. Ricardo, Oficial de Justiça, dirigiu-se a três endereços distintos, para realizar a citação dos três réus de determinado processo criminal que tramita na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Primeiramente, dirigiu-se à casa de José, tendo recebido a informação de que José se encontrava morando na Turquia, mas em endereço não conhecido; após, foi à casa de Pedro, e certificou que o réu lá residia, mas estava se ocultando para não receber o mandado citatório; por fim, ao chegar à casa de Eduardo, tomou conhecimento de que este se encontrava em Brasília, asilado na embaixada da Holanda.

Nesse caso, é correto afirmar que a citação dos réus José, Pedro e Eduardo, respectivamente, deverá se dar por:

- a) edital; hora certa; carta precatória
- b) carta rogatória; edital; carta precatória
- c) edital; hora certa; carta rogatória
- d) carta rogatória; hora certa; carta rogatória
- e) carta rogatória; edital; carta rogatória

48. Acerca das disposições da Lei 9.099/95, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Nos juizados especiais criminais, não sendo encontrado o acusado para ser citado, deverá o Juiz determinar sua citação por edital
- b) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

c) O benefício da suspensão condicional do processo somente é cabível no caso de infrações de menor potencial ofensivo

d) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena máxima não exceda a 02 anos, exceto se cumulados com multa

e) Homologado o acordo de composição civil dos danos em crime de ação penal pública condicionada à representação, será dada oportunidade ao ofendido para que ofereça representação verbal

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Não haverá revisão dos recolhimentos da taxa judiciária, mesmo que haja acordo entre as partes no curso do processo.

b) Na separação consensual será devida uma taxa judiciária mínima, enquanto que na separação judicial serão devidas duas taxas judiciárias.

c) O recolhimento, no prazo legal ou naquele assinado pelo juiz, de diferença de taxa judiciária recolhido originalmente em valor insuficiente não afasta a aplicação da multa.

d) As autarquias federais e municipais são isentas do recolhimento de taxa judiciária.

e) A taxa judiciária é devida no momento da propositura da ação e incide sobre o valor do pedido.

50. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Se imporão multa e acréscimos legais ao responsável por recolhimento de guia de arrecadação com vício de autenticação, desde que se verifique que não foi utilizada.
- b) As custas processuais encontram-se disciplinadas na Lei n° 3.350/99, em seu artigo 1º, primeira parte, enquanto que a taxa judiciária está insculpida no artigo 112 do Código Tributário Estadual (Decreto-Lei 05/75), sugerindo que taxa e custas possuem natureza jurídica distintas, haja vista apresentarem definições diversas em nosso ordenamento jurídico.
- c) Nas cumulações simples e sucessiva de pedidos, a taxa judiciária deverá ser recolhido em relação a cada pedido formulado. Logo, por exemplo, em ação de despejo, cumulada com cobrança de aluguéis, a taxa judiciária deve incidir sobre o valor do pedido, incluindo verba honorária, e correspondendo o valor da causa ao somatório do valor em cobrança com o valor equivalente a doze aluguéis.
- d) Cabe ao Gerente do Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (FETJ), por delegação, a imposição de multa em face de irregularidades que venham a ser comprovadas nos recolhimentos de valores devidos ao FETJ.
- e) Ao serventuário processante cabe a verificação do correto recolhimento de custas e emolumentos referentes ao Avaliador, ao Contador e ao Partidor, sem embargo do exercício dessa atribuição pelo Titular.

51. Sobre a consolidação normativa judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As serventias Judiciais afixarão, em local visível e que facilite o acesso e a leitura pelos interessados, quadro contendo as tabelas publicadas anualmente pela corregedoria Geral da Justiça, com os valores de custas ou emolumentos correspondentes.
- b) Constitui falta grave o servidor remunerado pelos cofres públicos receber diretamente importância destinada ao pagamento de custas, emolumentos e taxa judiciária, salvo expressa determinação legal.
- c) O recolhimento de custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos legais devidos em caso de paralisação total ou parcial da instituição bancária, será feito a qualquer tempo, quando normalizada a situação.
- d) Devem ser observados por todos os Serventuários os atos administrativos relativos a custas, editados

pelo Tribunal de Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça.

- e) O serventuário deverá certificar o correto recolhimento das custas e taxa judiciária, indicando de imediato eventuais valores faltantes. Incorrendo em dúvida deverá fundamentá-la e submetê-la à apreciação do Juiz em exercício.

52. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A multa aplicada ao perito remisso, nos termos do art. 424 do código de processo civil, constitui receita do FETJ (Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), portanto, comporta cobrança administrativa.
- b) A multa Penal não paga na esfera judicial será cobrada pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- c) Se o juiz aplicar a multa e os acréscimos previstos no art. 143 do Decreto-lei n° 05/75 e a parte, regularmente intimada, não proceder ao recolhimento, o Juízo ou sua serventia encaminhará certidão eletrônica ao FETJ, para que se proceda à cobrança judicial do débito.
- d) A notificação postal, expedida pelo Departamento de Gestão da Arrecadação, é ato necessário à cobrança das custas de baixa e deverá ser reembolsada pelo devedor.
- e) A taxa judiciária é devida por ocasião da sentença e o valor devido será o estabelecido pelo juiz na parte dispositiva.

53. De acordo com as disposições da Lei nº 3.350 de 29 de dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, sobre gratuidade e isenções, assinale o item **CORRETO**:

- a) Havendo dúvida fundada quanto à isenção a ser observada, deverá o notário ou registrador suscitá-la ao membro do Ministério Público, em 72 (setenta e duas) horas, a qual deverá ser dirimida em igual prazo.
- b) É permitida a cobrança de despesas sobre eventuais praxes ou estilos forenses.
- c) Ao Corregedor Geral de Justiça, aos Juízes, aos Serventuários, à Defensoria Pública e ao Ministério Público, incumbe a fiscalização sobre a cobrança e recolhimento das custas e emolumentos
- d) A extinção do processo por abandono, desistência ou transação, em qualquer fase, dispensa o responsável pelo pagamento das custas.
- e) Consideram-se custas ou despesas judiciais, a serem contadas para efeitos processuais, o valor monetário correspondente a expedição de certidões pelas Escrivanias das Varas e demais serventias judiciais;

54. Acerca das disposições do Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Qualquer irregularidade quanto ao recolhimento da taxa judiciária deverá ser comunicada pela autoridade judiciária ao Procurador Geral de Justiça, por ofício, dentro de 10 (dez) dias após a sua constatação.
- b) A falta de pagamento, no todo ou em parte, da Taxa Judiciária, sujeitará o devedor, sem prejuízo dos acréscimos legais, à multa de valor igual ao da taxa não paga, considerada esta pelo seu valor atualizado.
- c) Nos processos de liquidação de sociedade e de concurso de credores, considera-se como valor do pedido o líquido a partilhar, a adjudicar ou a ratear aos sócios e aos credores.
- d) Quando o pedido tiver por objeto prestações periódicas, a taxa será calculada, inicialmente, sobre todas as prestações já vencidas, até a data do pedido e mais as vincendas correspondentes a 1 (um) ano.
- e) Considera-se como valor do pedido, para fins deste Decreto-lei, a soma do principal, juros, multas, honorários e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei n. 220/1975, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O afastamento para o exterior, exceto em gozo de férias ou licença, dependerá, salvo delegação de competência, de prévia autorização do Governador do Estado.
- b) O afastamento do funcionário de sua unidade administrativa dar-se-á somente para desempenho de cargo ou função de confiança e sem ônus para a unidade requisitante.
- c) O cargo ou função de confiança não poderá ser exercido em substituição.
- d) A substituição será remunerada e poderá recair inclusive em pessoa estranha ao serviço público estadual.
- e) Dar-se-á a vacância do cargo ou função no dia útil posterior ao fato ou da publicação do ato que implique desinvestidura.

56. Conforme o Decreto-Lei n. 220/1975, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o direito de requerer prescreverá:

- a) em 5 (cinco) anos quanto às questões que envolvam direitos patrimoniais
- b) em 3 (três) anos quanto aos atos puníveis com cassação de aposentadoria e disponibilidade
- c) em 2 (dois) anos quanto aos atos puníveis com suspensão
- d) em 4 (quatro) anos quanto aos atos puníveis com demissão
- e) em 180 (cento e oitenta) dias quanto aos atos puníveis com advertência

57. Conforme a Lei n. 6.956/2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro o território do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 150 (cento e cinquenta) Desembargadores.
- b) Os Juízes, Turmas Recursais e Tribunais de primeira instância têm jurisdição nas áreas territoriais definidas pelo Presidente do Tribunal.
- c) Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o Juiz far-se-á presente no local do litígio.
- d) O Tribunal de Justiça não deverá manter qualquer espécie de serviço itinerante, se fazendo presente apenas nas comarcas e juízos existentes.
- e) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Corregedor do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado.

58. Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário, **EXCETO:**

- a) aos sábados, domingos e no dia 18 de dezembro (Dia do Advogado);
- b) nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais;
- c) segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval;
- d) quinta e sexta-feira da Semana Santa;
- e) em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas.

59. Conforme a Lei nº 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa **INCORRETA.**

- a) Compete ao Juizado do Torcedor e Grandes Eventos processar e julgar os feitos criminais, aí incluídos os deferidos na Lei nº 9.099/95, bem como os cíveis, individuais ou coletivos, descritos na lei específica.
- b) Compete ao Juizado do Torcedor e Grandes Eventos o cumprimento das precatórias pertinentes à matéria de sua competência.
- c) Compete ao Juizado do Torcedor e Grandes Eventos a execução de suas sentenças ou acórdãos substitutivos, nos quais tenham sido impostas penas de multa ou restritivas de direitos, e, ainda, quando suspensa a execução da pena ou determinada medida de segurança não detentiva.
- d) Compete aos juízes de direito em matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher processar e julgar as causas descritas na lei

específica, além da execução penal de suas sentenças ou acórdãos substitutivos, nos quais tenham sido impostas penas de multa ou restritivas de direito, bem como nos casos de sursis ou medida de segurança não detentiva;

- e) Compete aos juízes de direito em matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra mulheres.

60. Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Conselho da Magistratura, os juízes de direito em matéria criminal têm competência genérica e plena na matéria de sua denominação, incumbindo-lhes, ressalvada a competência das varas especializadas:

- I - processar e julgar as ações penais, exceto aquelas tipificadas na legislação de recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da empresa.
- II - expedir cartas de sentença ou boletins de informação cadastral, conforme preso ou foragido o condenado, e encaminhá-los à Vara de Execuções Penais após o trânsito em julgado da sentença ou acórdão, nos casos de medida de segurança de internação e pena privativa de liberdade, exceto nas hipóteses de revogação de sursis.
- III - adotar o mesmo procedimento quando, no curso da execução, venha a ser revogada a suspensão condicional ou ocorrer a conversão, em privativa de liberdade, de pena de outra natureza inicialmente imposta ao condenado.

Assinale a alternativa que indica as assertivas **CORRETAS:**

- a) I e II
- b) III
- c) II e III
- d) I
- e) III

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-23-02>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE